

1 **Ata da Reunião Ordinária de Novembro CPICT**

2 No décimo sexto dia do mês de Novembro de 2021 às 09:00, por meio de
3 *webconferência*, conforme as normas estabelecidas em virtude à pandemia do
4 COVID-19, através do link conferencia.pr.gov.br/CPICT deu-se início na
5 Cerimônia da Posse dos (as) novos (as) conselheiros (as), Biênio 2021/2023 e
6 a Reunião Extraordinária do mês de Outubro. Fizeram-se presentes à reunião
7 do **Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais –**
8 **CPICT**, os seguintes Conselheiros (as) e Convidados (as): **Conselheiros**
9 **Governamentais:** Ana Felícia Bodstein de Freitas (SEJUF/DEDIF), Lucimar
10 Pasin de Godoy (SESA), Rosane Souza Freitas (SESA), Dineia Alves Freitas
11 (SETI), Ellen Cunha do Nascimento (SECC), André Luiz Serio (SEIL), Daniele
12 Martin Sandri (SEAB), Ourival Santos Netto(SECC); Alberto Marsicano Junior
13 (CASA CIVIL), Denilton Laurindo (CASA CIVIL),Margit Hauer (SEDEST).
14 **Conselheiros Sociedade Civil:** Robson Borges Arantes (Religião de Matriz
15 Africana), Dimas Gusso (Faxinalenses), Alcione Ferreira da Silva (Quilombolas
16 do estado do Paraná), Misael Jefferson Nobre (Ilhéus do Rio Paraná), Ana
17 Maria Dos Santos (Benzedeiras e Benzedores), **Colaboradores/Convidados:**
18 Jane Vasques (DEDIF/SEJUF), Graziella Molina (SEJUF/DEDIF), Nardi
19 Casanova (CBC), Ana Carolina Brolo (MPPR), Homero Moro Martins (INCRA).
20 **Abertura:** Inicialmente a Secretária Executiva, Jane Vasques, realizou a
21 chamada nominal de todos os conselheiros e conselheiras para verificação de
22 quórum. O quórum necessário da Sociedade Civil não foi atingido, contando
23 apenas 03 representantes dos 07 mínimos. Portanto, a sec. Jane enviou a
24 pauta e convocação para os (as) conselheiros (as) ausentes participassem da
25 reunião. Devido a ausência dos (as) conselheiros (as), a secretária executiva
26 sugeriu que a reunião fosse suspensa até às 14:00 para que se possa auxiliar
27 na presença dos membros que não compareceram. No período da tarde o
28 quórum foi estabelecido e deu-se início à plenária para o debate das pautas. **1.**
29 **Apreciação e Aprovação da Pauta:** A secretária executiva do CPICT, Jane,
30 realizou a leitura integral da pauta da reunião ordinária do mês de Novembro. A
31 conselheira Ana Felícia solicitou que os Relatos das Comissões sejam
32 retirados da pauta considerando que não foi possível a realização das reuniões
33 devido ao feriado de ontem (15/11 - Proclamação da República). Não houve
34 nenhuma objeção e portanto, a pauta foi aprovada. **2. Aprovação das Atas:** A
35 sec. Jane informou que enviou a ata de Abril e da reunião extraordinária (atual
36 gestão) por *e-mail* para todos e todas. Não houve nenhuma objeção ou
37 inclusão e portanto, as atas foram aprovadas. **3. Aprovação Nota Técnica**
38 **Ciganos:** A conselheira Ana Felícia indicou que enviou a Nota Técnica por
39 *whatsapp* e *e-mail* para todos conselheiros e conselheiras, esta que foi enviada
40 pela Confederação Brasileira Cigana (CBC). Representando a entidade, Nadir
41 Casanova - secretária executiva da CBC -, saudou a todos e todas do CPICT e
42 destacou a importância do apoio governamental perante as problemáticas
43 enfrentadas pelos ciganos no Estado do Paraná e para que esse documento

44 avance e seja aprovado. Em seguida, a conselheira Ana Felícia destacou que a
45 Nota Técnica é um documento que foi elaborado inicialmente pela SEJUF, que
46 elaborou toda legislação Estadual, Federal e Internacional relativa aos ciganos,
47 indicando os apontamentos de cada uma das pastas quanto às diretrizes a
48 serem observadas. Portanto, a nota tem como objetivo de que todos os
49 servidores entendam quais são os direitos, deveres e garantias dos ciganos,
50 sendo uma nota informativa. Portanto, a conselheira Ana Felícia solicitou a
51 aprovação da nota pelo CPICT para que se possa publicá-la. Não houve
52 nenhuma contrariedade e a Nota Técnica foi aprovada por unanimidade. **4.**
53 **Plano Diretor do Município de Palmas:** O conselheiro Alcione informou que o
54 Nilton não conseguiu participar por conta de problemas com a *internet*, mas
55 explicitou que a pauta é referente a uma reunião dos vereadores com o
56 promotor do município sobre a não aprovação desta pauta, que impactará
57 muito as comunidades quilombolas no município de Palmas. O Plano Diretor
58 trará um grande prejuízo às comunidades devido a questão do setor imobiliário
59 entrar de vez dentro das comunidades, urbanizando as florestas, rios e
60 córregos de água, não havendo nenhuma consulta às comunidades para
61 dialogar sobre o Plano Diretor. Portanto, o conselheiro destacou que as
62 comunidades precisam de apoio das autoridades para minimizar os danos que
63 poderão ser causados a partir do Plano Diretor. A conselheira Ana Felícia
64 indicou a possibilidade de reiterar ao Prefeito de Palmas por meio de ofício
65 sobre a necessidade da consulta prévia e solicitar apoio do Ministério Público.
66 O conselheiro Alcione sugeriu que os ofícios sejam remetidos à Câmara dos
67 Vereadores e para a Prefeitura. A conselheira Ana Felícia sugeriu que a
68 questão também seja levada ao COPED para que também se faça a
69 manifestação, reforçando a pauta e dando-lhe mais peso. O conselheiro
70 Ivanildo sugeriu que seja anexado ao ofício o Decreto 10088 de 2019. A
71 conselheira Ana Felícia destacou para o Alberto que é de extrema importância
72 que a SUDIS pudesse articular com a Prefeitura sobre o Plano Diretor, para
73 entender como foi feito os processos e tramitação. Ana Carolina indicou que as
74 manifestações dos Conselhos são importantes, mas não substituem uma
75 manifestação da própria comunidade. **5. Cestas Básicas Emergencial para**
76 **os Ilhéus:** A conselheira Ana Felícia salientou que além das cestas básicas
77 para os Ilhéus, existem outras solicitações de cestas básicas, mas as pautas
78 foram divididas por conta de suas diferentes razões de solicitações de cada
79 uma das comunidades. O conselheiro Misael indicou que essa solicitação se
80 deu pela necessidade dos Ilhéus, que se encontram em situação de
81 vulnerabilidade, pois no período de pesca, as represas acima de seus
82 territórios diminuíram as vazões de suas comportas, fazendo com que a lâmina
83 de água do rio baixasse drasticamente. Devido a isso, a pesca - que é a
84 principal fonte de recursos das famílias - foi muito prejudicada, os turistas
85 também não foram porque não haviam peixes, enfim, afetou muito a vida de
86 todas as famílias. Portanto, o conselheiro destacou que é uma situação

11 SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO CONSELHO ESTADUAL DE
12 POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ESTADO DO PARANÁ

13
87 lamentável e que é necessário um auxílio do Conselho neste momento para
88 solicitar as cestas às autoridades competentes. O conselheiro Denis salientou
89 que a solicitação das cestas básicas por conta da crise hídrica já estão na
90 pauta da Defesa Civil, esta que requisitou a segunda leva de cestas básicas e
91 irá fazer a licitação dessas cestas, porém, a empresa que ganhou já foi
92 deliberada para o encaminhamento das cestas, mas as outras empresas
93 entraram com possíveis recursos, criando um impeditivo para envio imediato
94 das cestas básicas. Além disso, o conselheiro informou que as cestas serão
95 entregues pela Defesa Civil diretamente nas Prefeituras e que a SUDIS irá
96 acompanhar de perto todo o processo. O conselheiro Misael exaltou sua
97 preocupação sobre a entrega ser realizada nas Prefeituras, pois geralmente
98 eles negam a existência de Ilhéus, ciganos, pescadores e etc na cidade, além
99 de, prefeitos ou vereadores tentarem fazer média com a população com as
100 cestas falando que eles que conseguiram. O conselheiro Denis informou que
101 as cestas básicas chegarão na Defesa Civil com o nome do conselheiro Misael
102 e sua comunidade. A conselheira Ana Felícia reiterou que o CPECT encaminhe
103 ofício à SUDIS referente as cestas básicas destacando a situação vulnerável
104 dos Ilhéus para que haja um controle administrativo da situação, indicando
105 também que a entrega seja realizada à associação/organização responsável
106 pela distribuição e não à Prefeitura. O presidente Robson sugeriu que seja
107 realizado o mesmo encaminhamento em relação às cestas básicas aos
108 quilombolas. O conselheiro Denis indicou que junto com as cestas básicas irá
109 haver uma deliberação sobre a não divulgação das mesmas para evitar os
110 casos supracitados pelos demais conselheiros. **5. Cestas Básicas 2021 da**
111 **Comunidade Quilombola do Restinga:** A conselheira Ana Felícia destacou
112 que a pauta foi sugerida por ela mesma por conta de um ofício encaminhado
113 pelo Ministério Público sobre as Comunidades da Restinga, comunicando que
114 haveria a distribuição de cestas básicas para diversas comunidades, mas que
115 estariam sendo excluídas as Comunidades Quilombolas da Restinga. Além
116 disso, cabe informar que quem realiza a entrega das cestas é a Fundação
117 Cultural Palmares... Portanto, existe a questão de que as Comunidades que
118 não estão registradas não estão sendo consideradas pela Fundação Palmares,
119 sendo assim, a conselheira Ana Felícia sugeriu que o CPECT gere um ofício
120 indicando que reconhece as Comunidades Quilombola da Restinga enquanto
121 comunidade tradicional e que deverá ser atendida pela Fundação Palmares,
122 indicando ao MP que essa foi a ação tomada pelo Conselho. Ademais, a
123 conselheira Ana também sugere que seja encaminhado a SUDIS para verificar
124 a possibilidade de atendimento da Comunidade da Restinga no mesmo formato
125 que foi feito sobre a Comunidade dos Ilhéus. A conselheira Ana Maria destacou
126 que a situação já foi resolvida e a comunidade recebeu as cestas básicas em
127 Outubro. Portanto, a conselheira Ana Felícia retirou de pauta o item e sugeriu
128 que o CPECT informasse que já foi resolvido e archive o caso. **6.**
129 **Regularização Fundiária dos Territórios dos PICTs:** O conselheiro Misael

130 relatou que em 1983 o INCRA fez a titulação dos lotes individualizando eles
131 com as pessoas que moravam em cima das ilhas, pois havia ali um projeto de
132 construção de uma barragem no município de Guaíra. Portanto, a partir de
133 1983 o INCRA foi de Guaíra “pra cima” fazendo a titulação das ilhas e emitiu o
134 título para as pessoas na época. Porém, o projeto da barragem em Guaíra não
135 foi realizado e muitos títulos que foram emitidos foram cancelados, devido a
136 não pagarem parcelas, não registrarem em cartório ou se perderam nas
137 enchentes ou queimadas. Portanto, grande parte dos Ilhéus atualmente são
138 posseiros e por isso não conseguem acessar políticas públicas, sendo
139 fundamental a regularização fundiária desses territórios a partir de um novo
140 cadastramento das comunidades e povos tradicionais que se sentirem
141 necessários. A conselheira Ana Felícia novamente solicitou a cooperação da
142 SUDIS dentro de suas competências, auxiliando nas articulações da realização
143 das reuniões referentes às regularizações fundiárias. Homero, do INCRA,
144 registrou que seu trabalho é o de regularização fundiária dos territórios
145 quilombolas e não tem atribuição de trabalhar com outros segmentos de
146 comunidades tradicionais – apesar de sua importância. Portanto, Homero
147 sugere que seja direcionado um ofício ao INCRA com essa demanda de
148 regularização fundiária dos territórios dos PICT’s. O conselheiro Misael sugeriu
149 que o CPICT agende uma reunião conjuntamente com a Defensoria Pública da
150 União. A conselheira Ana Felícia sugeriu que a reunião com a DPU, INCRA e
151 SUDIS seja com a Comissão de Territórios e não como o CPICT como um
152 todo. **7. Deliberação de Ajuda Emergencial PICTs / 2022:** O conselheiro
153 Alberto destacou que faz parte do mesmo relato que o conselheiro Denis fez
154 para que se possa realizar o fluxo de atendimento via Defesa Civil e SUDIS
155 para as Comunidades Tradicionais, incluindo Ilhéus e demais comunidades. **8.**
156 **Programa de Geração de Renda PICTs:** O conselheiro Alberto indicou que
157 essa é uma das estratégias para geração de renda pós-pandemia das
158 comunidades tradicionais, para poder identificar e ouvir as comunidades sobre
159 a retomada do trabalho. Para isso, o CPICT poderá deliberar para algumas
160 secretarias, como a de Agricultura e do Trabalho, as questões de programas
161 que atendam essas comunidades. Além disso, haverá uma reunião com o
162 Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná) para saber como
163 eles poderão auxiliar nas questões, como a divulgação dos trabalhos de
164 artesanato produzidos pelas comunidades, empoderando seus trabalhos para
165 maior geração de renda. Portanto, o conselheiro solicitou a ajuda do conselho e
166 das demais secretarias para acompanhar de perto a retomada do pós-
167 pandemia e solicitar informações sobre programas de geração de renda para
168 comunidades tradicionais e povos indígenas. A conselheira Ana Felícia
169 complementou a proposta sugerindo que no ofício a SEJUF questione ao DET
170 a possibilidade de criação e implementação do Selo do Produto de
171 Comunidade Tradicional. O conselheiro Misael reiterou a importância da pauta
172 posta pelo conselheiro Alberto e que quando ele foi conversar com o pessoal

23
173 da Secretaria de Agricultura do seu município teve uma resposta negativa, pois
174 eles expuseram que seria muito difícil na elaboração e na prática um programa
175 de geração de renda para as comunidades tradicionais. Portanto, o conselheiro
176 Misael ressaltou que deverá ser encontrado um caminho mais simples para
177 acessibilizar a comercialização dos produtos de povos indígenas e
178 comunidades tradicionais. A conselheira Margit expôs que as certificações
179 estão previstas na política de agroecologia e na política de alimentação
180 escolar, pois se tem a fase de transição e de apoio com o pessoal da TECPAR,
181 mas que depende de uma política maior. A conselheira Ana Felícia listou
182 encaminhamentos realizados, estes que são: envio de ofício para verificar com
183 as secretarias quais são os programas/ações existentes; apoio sobre a criação
184 do Selo; retomar as reuniões das comissões para dar continuidade aos
185 processos que se tinham iniciado anteriormente; cobrar a efetivação das
186 políticas de agroecologia e de alimentação escolar orgânica e o engajamento
187 das comunidades tradicionais. Ana Brolo complementou que no decreto da lei
188 de alimentação escolar orgânica dentro do sistema de ensino estadual do
189 Paraná tem o Plano de Introdução Progressiva dos produtos orgânicos na
190 alimentação escolar, sendo importante o Conselho ter acesso a esse
191 documento que possui as propostas de ações e metas. As propostas acima
192 foram aprovadas pelo pleno. **9. Censo dos PICTs no Paraná:** O conselheiro
193 Alberto informou que é necessário que o CPICT oficie a SEJUF para que os
194 recursos para o Censo sejam deliberados. A conselheira Ana Felícia ressaltou
195 que existe a possibilidade de um financiamento por parte do Fundo da Infância
196 e da Adolescência para realização do Censo de Comunidades Tradicionais do
197 Estado do Paraná. Além disso, há uma articulação da SEJUF/DEDIF com a
198 SUDIS para realização deste levantamento, para isso, faz-se necessário que o
199 CPICT delibere que a SEJUF em parceria com a SUDIS realize o levantamento
200 de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais em todo o Estado do Paraná.
201 O presidente Robson destacou que é necessário explicitar nessa deliberação
202 quem são todas as comunidades tradicionais e povos indígenas do Paraná
203 para que não se exclua ninguém. A conselheira Ana Felícia sugeriu que seja
204 incluída na própria deliberação quem são os povos indígenas e comunidades
205 tradicionais compreendidos pelas próprias comunidades que se
206 autodenominam em conjunto ao CPICT. Além disso, o levantamento será
207 realizado por uma equipe que será treinada especificamente para a questão,
208 ainda não foi definido se será uma equipe terceirizada ou das próprias
209 secretarias. Ana Carolina destacou que a capacitação da equipe técnica seja
210 feita em conjunto com representantes das comunidades para que seja
211 aperfeiçoada ao máximo. As propostas acima foram aprovadas pelo pleno. **10.**
212 **Saneamento Básico PICTs/SANEPAR:** O conselheiro Alberto informou que a
213 pauta tem como objetivo a elaboração de uma deliberação e encaminhamento
214 a SANEPAR para que se tenha conhecimento de como está sendo realizado os
215 atendimentos nas comunidades no Estado do Paraná. Para isso, deve-se

216 oficiar a SANEPAR para saber se eles possuem algum programa ou
217 encaminhamentos específicos para o atendimento dessa população. A
218 conselheira Ana Felícia solicitou o auxílio do conselheiro Alberto na elaboração
219 do ofício. Os encaminhamentos acima foram aprovados pelo pleno. **11.**
220 **Programa Habitacional PICTs:** O conselheiro Alberto informou que a pauta
221 tem como objetivo a elaboração de um ofício para a COHAPAR solicitando
222 informações e programas específicos para os povos indígenas e comunidades
223 tradicionais, destinando casas a esse público. O conselheiro Misael sugeriu
224 que também seja incluída a questão da COPEL, pois há alguns anos já são
225 solicitadas placas solares – para os casos das ilhas –, mas não foi dado
226 seguimento nas solicitações. Portanto, serão 02 ofícios: 01 para a COPEL; 01
227 para a COHAPAR. A conselheira Ana Maria ressaltou que a COPEL não possui
228 nenhum programa voltado para as comunidades tradicionais, pois mesmo em
229 sua cidade, que fica perto da Usina de Segredos, a COPEL não os atende.
230 Portanto, a conselheira sugere que todo o Movimento Social e as comunidades
231 tradicionais se reúnem e debatem com a COPEL referente ao não-atendimento
232 dessa enorme parcela da população paranaense que se encontra descoberta.
233 A conselheira Ana Felícia agradeceu ao Alberto e a SUDIS pela aproximação
234 que vem sendo realizada nas comunidades, essa que era uma das demandas
235 do CPICT há muito tempo, mas que infelizmente não vinha sendo realizada por
236 alguns motivos. Além disso, a conselheira Ana Felícia solicitou o
237 encaminhamento de um ofício ao Ministério Público para que auxilie nas
238 articulações com a COPEL. Ana Brolo sugeriu que seja enviado para a COPEL
239 quais comunidades não tem energia e que a companhia informe qual é o
240 empecilho. O conselheiro Adnã destacou que em 04 anos de CPICT não viu
241 nenhum avanço real provindo pelo conselho, sendo trazidas diversas
242 demandas, mas nunca conseguindo avançar com elas. Sendo assim, o
243 conselheiro Adnã ressaltou a sugestão da conselheira Ana Maria de juntar as
244 forças dos Movimentos Sociais e Comunidades para cobrar diretamente as
245 instituições que não estão realizando o atendimento necessário às pessoas. A
246 conselheira Ana Felícia reajustou sua fala, sugerindo que anteriormente ao
247 acionamento do Ministério Público, a SUDIS articule a reunião entre a Mesa
248 Diretora do CPICT e a COPEL. Os encaminhamentos acima foram aprovados
249 pelo pleno. **12. Requisição de Dados Referente aos Ataques de Intolerância**
250 **Religiosa no Paraná:** O presidente Robson informou que a pauta foi solicitada
251 pelo Fórum Paranaense de Religiões de Matriz Africana para maior
252 entendimento sobre os ataques de intolerância religiosa no Paraná, solicitando
253 assim, informações que segundo a SESP não possuem. Portanto, faz-se
254 necessário verificar junto à SESP e ao MP sobre o levantamento desses
255 dados. Além disso, será realizada uma manifestação do CPICT em relação a
256 necessidade de observância ao protocolo de consulta referente a situação do
257 Porto de Paranaguá. Os encaminhamentos acima foram aprovados pelo pleno.
258 **13. Fundo CPICT:** A conselheira Ana Felícia relembrou que na cerimônia de

33
259 posse deste conselho, o presidente do CONSEPIR - Saul Dorval - indicou que
260 o CPICT deveria ter seu próprio fundo para ter recursos financeiros para
261 direcionar as comunidades tradicionais e povos indígenas. Porém, o CPICT
262 somente deliberar que daqui para frente terá um fundo não é suficiente,
263 necessitando de um embasamento legal para tanto. Além disso, existe uma
264 emenda constitucional promulgada em 2021 que impede a criação de fundos
265 em casos que poderão ser arcadas por outras fontes orçamentárias. Portanto,
266 a conselheira Ana Felícia sugeriu o encaminhamento de um ofício à PGE para
267 que se manifestem quanto à possibilidade ou não do Fundo. Atualmente, os
268 fundos que poderiam auxiliar o CPICT seriam o FUNDEPIR, FIA e o FEID. O
269 encaminhamento de ofício à PGE foi aprovado pelo pleno. **14. Delimitação da**
270 **Rota das Comunidades Ciganas em Itinerância no Paraná:** A conselheira
271 Ana Felícia destacou que existe um intuito do CEDCA em disponibilizar
272 recursos para auxiliar na educação cigana, para isso, faz-se necessário que o
273 CPICT determine quais são os municípios que existem rotas ciganas. Portanto,
274 foi elaborada uma lista de municípios que fazem parte da rota dos ciganos,
275 estes que são: São José dos Pinhais; Campo Largo; Fazenda Rio Grande;
276 Campo do Tenente; Cascavel; Lapa; Paranavaí; Colorado; Apucarana; Irati;
277 Londrina; Prudentópolis; Guarapuava; Cianorte; Rio Negro; Ortigueira; Maringá;
278 Ponta Grossa; Reserva e Saudade do Iguaçu. O conselheiro Antônio informou
279 que há outras cidades que não constam na lista, como: Peabiru; Castelo
280 Branco; Paranacity; Apucarana; Rolândia; Guamiranga. A conselheira Ana
281 Felícia solicitou que as rotas indicadas na deliberação sejam a da
282 Confederação Brasileira de Ciganos. Os encaminhamentos acima foram
283 aprovados pelo pleno. **15. Informes:** A sec. Jane informou que é necessário
284 que todos e todas que tenham seu cartão corporativo já vencido enviassem
285 suas identidades - RG, CPF, Nome Completo, Data de Nascimento - para que
286 sejam renovados. 16. Encerramento: Por fim, o presidente Robson agradeceu
287 a presença de todos e todas e encerrou a Reunião Ordinária do Conselho
288 Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do
289 Paraná. A presente ata foi lavrada pelo estagiário Davi da Rosa e revisada pela
290 Residente Técnica Graziella Molina.